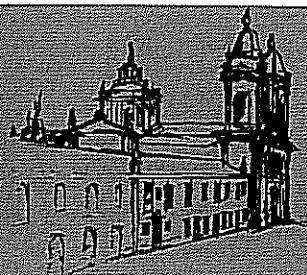


Município de
Cabeceiras de Basto



**CONTAS
CONSOLIDADAS**

2013

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1.1 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento do estabelecido na Lei das Finanças Locais e da Portaria n.º 474/2010 de 15 de Junho, que aprova a orientação n.º1/2010 (Orientação genérica relativa à consolidação de contas, no âmbito do setor público administrativo), vem o Município de Cabeceiras de Basto apresentar as contas consolidadas relativas ao ano económico de 2013.

A Lei das Finanças Locais prevê a obrigatoriedade de os municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local elaborarem contas consolidadas.

O objetivo das contas consolidadas é expressar a posição de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e adequada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Assim, teremos uma visão global da atividade e do equilíbrio financeiro do município, incluindo os setores que controla indiretamente.

No caso do nosso Município, o perímetro de consolidação limita-se a si próprio e à empresa municipal Emunibasto, E.E.M., uma vez que não existem outras entidades detidas a 100% pelo município.

1.2- ACTIVIDADES

Ao longo do ano de 2013, a atividade municipal foi a que decorreu do cumprimento dos documentos aprovados pela Câmara e pela Assembleia Municipal no final de 2012, ou seja, o Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2013 que conferiram ao executivo municipal a legitimidade para realizar o conjunto de ações, obras e iniciativas que tiveram como objetivo a promoção do desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Foi igualmente a atividade desenvolvida pela Emunibasto, E. E. M. até à dissolução da sua atividade, em agosto último, em cumprimento do contrato programa celebrado com a Câmara Municipal e no âmbito das suas atribuições e competências e das orientações definidas pela própria Câmara.

O ano de 2013 fica marcado pela conclusão e entrada em funcionamento do Centro Escolar Profª Filomena Mesquita, em resultado da requalificação e adaptação da antiga escola do 1º ciclo do ensino básico, na Rua Olival do Cabido, em Refojos. Foi também concluída a grande intervenção de requalificação das antigas casas dos caseiros da Quinta do Mosteiro que deu origem à Casa do Tempo e que entrou em funcionamento no mês de

agosto. Este ano de 2013 ficou ainda marcado pela conclusão da Casa do Pão e do Núcleo de Vida Selvagem, espaços museológicos e interpretativos situados em Moinhos de Rei, na freguesia de Abadim, bem como da readaptação da Edifício do Mercado Municipal para Casa da Juventude, Associativismo, Artes, Ofícios e Gerações. Entre muitas outras obras de beneficiação e melhoria de edifícios e equipamentos, de salientar ainda a adaptação de diversas escolas desativadas para fins sociais.

Ao nível do Urbanismo e Ambiente, Lazer e Recreio, a obra que se considera mais importante, concluída em 2013, foi a criação do Parque Urbano da Vila de Cabeceiras de Basto que representou uma intervenção de grande relevância na melhoria da qualidade ambiental, já que esta intervenção permitiu requalificar as margens da ribeira de Penoutas, no coração da Vila, entre o Mosteiro e a Praça Arcipreste Francisco Xavier de Almeida Barreto, criando espaços verdes de lazer e estar. Mas também a conclusão da Ecopista, entre o Arco de Baúlhe e Vila Nune, a execução de campo de férias e de lazer, na Veiga, freguesia de Bucos, a construção do Parque Cabeceiras Aventura, em Fuliposo, Riodouro, a construção da Piscina descoberta no Arco de Baúlhe ou a beneficiação de vários Polidesportivos nas freguesias, foram importantes investimentos concretizados para a fruição das populações.

No que diz respeito à rede viária, de salientar a pavimentação ou repavimentação de 34,9 Km de estradas, destacando a conclusão da grande intervenção de beneficiação da estrada ER-311, entre Refojos e Lodeiro d'Arque, Salto, Montalegre. Mas foram muitas outras as obras realizadas na melhoria de estradas e caminhos em todo o concelho evidenciando-se, ainda, a continuação da 1^a fase da construção da Variante à EN 205, entre Lameiros e a sede do concelho; a continuação da construção da Variante Sul, entre Lamas, na freguesia de Alvite e a Sobreira, junto à GNR, e, ainda, entre o Barbeito e a Av. Capitães de Abril, na freguesia de Refojos; o corte de curvas na estrada municipal de Alvite, o início da construção, com movimentos de terras, da nova estrada de ligação da Variante do Nó da Autoestrada ao cemitério do Arco de Baúlhe ou o rompimento de um novo arruamento no Pedral, por trás do Centro Comunitário de Cavez e também do novo acesso à Unidade de Cuidados Continuados da Basto Vida, em construção nas Acácias, em Refojos. De notar também a limpeza de bermas, valetas e aquedutos em 33,2 Km de vias de comunicação.

A Câmara Municipal investiu igualmente na ampliação e no melhoramento das redes e abastecimento público de água e de saneamento, com a construção de 1,4 Km de novas condutas de água e de mais 10,9 Km de redes de saneamento, destacando a rede de drenagem de águas residuais de Cavez, no Bairro da Ranha, em Painzela, a ampliação da rede de saneamento e de águas pluviais entre o caminho da Igreja e a Praia Fluvial de S. Nicolau, em Cabeceiras de Basto e no lugar da Sobreira, freguesia de Outeiro ou, ainda, no loteamento de Pielas, freguesia de Painzela, entre outras. No que se refere ao abastecimento de água de salientar, entre outras intervenções, o abastecimento de água ao Parque Industrial da Ranha, freguesia de Abadim, abastecimento de água no arruamento das Acácias, em Refojos, ou a construção de conduta adutora no lugar Novo, na freguesia da Faia.

Também o apoio às famílias mereceu atenção especial reforçando medidas de apoio direcionadas aos grupos socialmente mais vulneráveis, em particular no que respeita à intervenção com crianças e idosos em situação de maior fragilidade social. Mantemos os apoios através da atribuição de bolsas de estudo, da oferta de Kits de material escolar e de apoios financeiros para aquisição de livros.

A Câmara Municipal continuou a efetuar obras de infraestruturas nos parques industriais da Ranha, em Abadim, Cabeceiras de Basto (S. Nicolau), Vila Nune e Cavez, tendo em conta a necessidade de atrair investimento, promover o emprego e fixar as pessoas num período em que o desemprego continuou a agravar-se no país, na região e no concelho.

A concretização de inúmeras ações de índole cultural, durante o ano 2013, foi o contributo do Município para a defesa, valorização e promoção do património imaterial do concelho de Cabeceiras de Basto e das suas gentes. Destacam-se as Comemorações do 25 de Abril, os Concertos de Órgão de Tubos na Igreja de S. Miguel de Refojos, e vários eventos produzidos pelo Centro de Teatro da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto. Saliente-se também a dinamização dos Núcleos do Museu das Terras de Basto. De referir, ainda, as diversas iniciativas levadas a cabo na Biblioteca Municipal Dr. António Teixeira de Carvalho, no Arco de Baúlhe. Promovemos, igualmente, ações de cariz socioeconómico, nomeadamente de promoção e valorização dos produtos locais através de várias mostras de que destacamos a Agro-Basto.

A Câmara Municipal procedeu à transferência de apoios financeiros e logísticos para diversos clubes/coletividades e associações concelhias tendo em vista a realização de atividades, muitas delas em parceria com a própria autarquia, que promoveram e contribuíram para o desenvolvimento local.

A empresa municipal Emunibasto E. E. M. realizou, até agosto, data da dissolução da sua atividade, outras iniciativas norteando a sua ação pela prestação de serviços de qualidade nos equipamentos municipais que se encontravam sob sua gestão, pela inovação na promoção e organização dos diversos eventos e iniciativas culturais, socioeconómicas, desportivas e de lazer entre outras, pela criatividade e empreendedorismo no cumprimento da sua missão, e pelo envolvimento e participação das pessoas. Destacam-se as seguintes iniciativas: Encontro de Reis nas Escolas, Cantares das Janeiras, Festa da Orelheira e do Fumeiro, Semana da Floresta e da Primavera, Concurso Varandas Floridas, Feira 1º de Maio, Semana da Cultura, Ciência e Feira Medieval, Feira do Cavalo, Dia Mundial da Criança, Festa das Associações, Noites de Verão, Corridas de Cavalos, Encontro das Comunidades e Festa da Juventude ou Festival Folclórico Internacional de Basto.

Através da Empresa Municipal e até à dissolução já referida, foram ainda acompanhadas inúmeras visitas de grupos organizados ou pessoas individuais que se deslocaram a Cabeceiras de Basto, quer para visitar monumentos e museus, quer para participar nas diversas iniciativas por si organizadas, continuando desta forma a apostar na promoção e divulgação a nossa história, das nossas tradições, do nosso património, dos nossos produtos locais, valorizando o nosso território e tudo o que lhe está associado: a paisagem, a fauna, a flora, os rios, a montanha, etc.

De referir que a Emunibasto, E. E. M. concretizou as iniciativas referidas, com a eficiência e a qualidade que a prestação de serviços às populações, nomeadamente nas áreas da educação e da cultura, mas também da formação, do desporto, do lazer e turismo, devem nortear o serviço público em benefício dos seus destinatários.

1.3 – ANÁLISE DO BALANÇO

A estrutura patrimonial do grupo Municipal de Cabeceiras de Basto, bem como a sua evolução entre exercícios, está representada no Balanço apresentado, através do Ativo, Passivo e Fundos Próprios, que representam, respetivamente, os bens e direitos do Município, as suas obrigações e responsabilidades para com terceiros e o seu património.

O Ativo Líquido do grupo ascendeu, no final de 2013, a 106 milhões de euros, já considerado o montante relativo a acréscimos e diferimentos, representativos de direitos a receber em exercícios seguintes.

O Ativo Líquido é constituído em grande parte por bens do domínio público (36%) e Imobilizações corpóreas (52%). Da análise da rubrica bens de domínio público verificamos que esta é constituída essencialmente por construções e infraestruturas, nomeadamente a Rede Viária, Rede de Abastecimento de Água e Rede de Saneamento. No que concerne às imobilizações corpóreas, verifica-se que as rubricas mais relevantes respeitam a Edifícios e outras construções, designadamente as Escolas, os Edifícios Culturais (Casa da Música, Casa da Cultura, Biblioteca, outros) e Equipamentos Desportivos (Pavilhões Desportivos, Piscinas, Centro Hípico, entre outros), bem como imobilizações em curso, das quais destacamos as seguintes obras: Beneficiação de edifícios municipais, infraestruturas em equipamentos desportivos, de recreio e lazer, abastecimento de água, construção de parques industriais, iluminação pública e rede viária.

Os fundos próprios apresentam, no final de 2013, o montante de 60 milhões de euros.

As dívidas de longo prazo e os proveitos diferidos são as rubricas mais significativas do passivo e representam 17% e 77%, respetivamente. As dívidas de longo prazo respeitam a empréstimos bancários contraídos pelo município.

No que respeita a liquidação de empréstimos, no ano de 2013 foram pagos 995 mil euros, sendo 101 mil euros destinados ao pagamento de juros, e os restantes 894 mil euros a amortização de capital. Os proveitos diferidos respeitam a subsídios ao investimento.

O balanço consolidado evidencia a existência de equilíbrio financeiro a curto e longo prazo uma vez que o ativo circulante é superior ao passivo de curto prazo e o ativo fixo é superior ao passivo de longo prazo.

1.4 – ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados por natureza permite observar a atividade do grupo Municipal de Cabeceiras de Basto, numa ótica de custos e proveitos incorridos durante o período em análise, evidenciando-os de maneira a permitir uma rápida constatação do montante e da forma como foi gerado o resultado obtido no exercício.

A demonstração de resultados apresenta um resultado líquido positivo na ordem dos 86.072 euros, fruto de uma gestão assente no rigor, na disciplina, na transparência, na determinação, no empenho, na defesa do interesse público do município e dos municípios.

A estrutura de custos é moldada essencialmente pelas rubricas de custos com pessoal (40%), amortizações (30%) e fornecimentos e serviços externos (19%). Os proveitos relevam as transferências e subsídios (60%), impostos e taxas (15%) e prestações de serviços (9%).

Salientamos, o facto de os custos operacionais serem inferiores aos proveitos operacionais, evidenciando assim equilíbrio ao nível da estrutura de custos e proveitos.

1.5 – ANÁLISE DOS FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa discrimina os recebimentos e pagamentos associados à execução do orçamento, desagregados de acordo com a classificação económica corrente e de capital, assim como das operações de tesouraria. Evidencia ainda os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte, de acordo com a sua proveniência (execução orçamental ou operação de tesouraria).

O rigor com que o orçamento foi executado permitiu continuar, à semelhança dos anos anteriores, a manter o Equilíbrio Orçamental das contas do Município, com as receitas correntes superiores às despesas correntes.

A receita cobrada em 2013 cifrou-se em 16,2 milhões de euros, dos quais 11,2 milhões respeitam a receitas de natureza corrente e 5 milhões a receitas de capital. De notar que as receitas dependem essencialmente das transferências da Administração Central e de Fundos Comunitários.

O total da despesa realizada em 2013 ascendeu a 16,2 milhões de euros, dos quais 8,4 milhões respeitam a despesa de natureza corrente e 7,8 milhões a despesa de capital.

Destacamos as transferências realizadas pela Câmara Municipal para as Freguesias, Instituições, Empresas Municipais, Associações e Clubes, no valor de 2,1 milhões de euros, o que representa o esforço de colaboração da Câmara Municipal com os agentes sociais locais, aumentando a sua autonomia e viabilizando desta forma a realização de inúmeras iniciativas e obras que se traduzem numa efetiva melhoria das condições de trabalho dessas instituições e na promoção da qualidade de vida da população do concelho.

Verifica-se que as receitas orçamentais correntes são superiores às despesas correntes, o que permitiu transferir 3,5 milhões de euros de verbas de receitas correntes, para investimento em obras.

1.6 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS ENCERRAMENTO

Não ocorreram factos relevantes após o encerramento do exercício que mereçam ser relatados.

1.7 – PREVISÃO/EVOLUÇÃO FUTURA

O Grupo Municipal passará a ser constituído apenas pelo Município de Cabeceiras de Basto, uma vez que a empresa municipal será encerrada no ano de 2014.

2-BALANÇO CONSOLIDADO

Código das Contas POCAL	Activo	AB	Exercícios		2012 AL			
			2013 AP	AL				
Imobilizado:								
Bens de domínio público:								
451	Terrenos e recursos naturais	678.903		678.903	678.903			
452	Edifícios							
453	Outras construções e infraestruturas	63.087.746	30.912.125	32.175.621	32.731.955			
455	Bens do património histórico, artístico e cultural							
459	Outros bens de domínio público	964.305	94.464	869.841	876.402			
445	Imobilizações em curso	4.745.083		4.745.083	4.010.245			
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público							
		69.476.038	31.006.589	38.469.449	38.297.505			
Imobilizações Incorpóreas:								
431	Despesas de instalação							
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento							
433	Propriedade industrial e outros direitos							
439	Outras							
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas							
Imobilizações corpóreas:								
421	Terrenos e recursos naturais	5.833.011	0	5.833.011	5.897.241			
422	Edifícios e outras construções	38.655.672	3.337.129	35.318.543	33.636.953			
423	Equipamento básico	565.090	537.021	28.069	51.282			
424	Equipamento de transporte	1.580.966	1.377.970	202.996	270.779			
425	Ferramentas e utensílios	29.407	28.065	1.342	2.129			
426	Equipamento administrativo	1.272.136	1.201.550	70.586	57.359			
427	Taras e vasilhame							
428	Grandes Reparações	382.802	0	382.802	368.098			
429	Outras Imobilizações corpóreas	3.350.503	2.246.000	1.104.503	968.309			
442	Imobilizações em curso	11.967.220	0	11.967.220	12.079.721			
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas							
		63.636.808	8.727.735	54.909.072	53.331.872			
Investimentos financeiros:								
411	Partes de capital	176.663	0	176.663	176.663			
412	Obrigações e títulos de participação							
414	Investimentos em imóveis							
415	Outras aplicações financeiras							
441	Imobilizações em curso							
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros							
		176.663	0	176.663	176.663			
Circulante:								
Existências:								
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	251.939	0	251.939	279.383			
35	Produtos e trabalhos em curso							
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							
33	Produtos acabados e intermédios							
32	Mercadorias							
37	Adiantamentos por conta de compras							
		251.939		251.939	279.383			
Dívidas de terceiros - curto prazo:								
28	Empréstimos concedidos							
211	Cliente, c/c	43.270		43.270	59.673			
212	Contribuintes, c/c							
213	Utentes, c/c	69.277		69.277	84.778			
2177	Cauções diversas	6.883		6.883	8.452			
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	163.108		163.108	152.848			
251	Devedores pela execução do orçamento							
229	Adiantamentos a fornecedores							
2619	Adiantamentos a fornecedores do imobilizado							
24	Estado e outros entes públicos	18.706		18.706	1.038			

Código das Contas POCAL	Activo	AB	Exercícios		2012 AL
			2013 AP	AL	
264 Administração autárquica					
262+263+267+268 Outros devedores		9.833.523		9.833.523	5.013.872
		10.134.767		10.134.767	5.320.660
	Titulos negociáveis:				
151 Acções					
152 Obrigações e títulos de participação					
153 Títulos da dívida pública					
159 Outros títulos					
18 Outras aplicações de tesouraria					
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
12 Depósitos em instituições financeiras		1.117.602	0	1.117.602	939.478
11 Caixa		33.969	0	33.969	35.217
		1.151.571	0	1.151.571	974.694
	Acréscimos e diferimentos:				
271 Acréscimos de proveitos		831.428	0	831.428	758.756
272 Custas diferidas		42.237	0	42.237	25.717
		873.665	0	873.665	784.473
	Total de amortizações	0	39.734.324		
	Total de provisões	0	0		
	Total do activo	145.701.449	39.734.324	105.967.125	99.165.249

Código das Contas POCAL	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
		2013	2012
Fundos Próprios:			
51	Património	50.157.571	50.157.571
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
Reservas:			
571	Reservas legais	172.135	107.106
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	81.927	81.927
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
578	Edifícios Escolares (DL)	1.131.621	1.131.621
59	Resultados transitados	8.043.565	6.482.129
88	Resultado líquido do exercício	86.072	1.227.416
Total dos fundos próprios		59.672.891	59.187.769
Passivo:			
Provisões para riscos e encargos			
Dividas de Longo Prazo		7.832.321	8.723.264
		7.832.321	8.723.264
Dividas a terceiros - Curto prazo:			
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	995.308	1.743.502
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
216+217+219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		219.906	200.417

Código das Contas POCAL	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
		2013	2012
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	567.672	437.685
24	Estado e outros entes públicos	133.186	506.978
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	222.398	204.843
		<hr/> 2.138.469	<hr/> 3.093.425
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	571.971	532.883
274	Proveitos diferidos	35.751.473	27.627.908
		<hr/> 36.323.444	<hr/> 28.160.791
		<hr/> 0	<hr/>
	Total do Passivo	46.294.235	39.977.480
	Total dos fundos próprios e do passivo	105.967.125	99.165.250

3 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Código das Contas POCAL	Designação	Exercícios	
		2013	2012
Custos e Perdas			
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		
	Mercadorias	29.273	29.273
	Matérias		
62	Fornecimentos e serviços externos	2.589.713	2.574.727
<i>Custos com pessoal:</i>			
641+642	Remunerações	4.403.977	4.278.931
643 a 648	Encargos sociais	1.011.492	5.415.468
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prest. sociais	326.677	241.826
66	Amortizações do exercício	4.010.659	3.786.524
67	Provisões do exercício	0	0
65	Outros custos e perdas operacionais	8.154	10.959
	(A) Custos e perdas operacionais	12.379.946	11.835.992
68	Custos e perdas financeiros	132.413	132.413
	(C) Custos e perdas correntes	12.512.359	12.071.111
69	Custos e perdas extraordinários	899.165	899.165
	(E) Custos e perdas do exercício	13.411.524	12.713.148
88	Resultado líquido do exercício	86.072	1.227.416
 Proveitos e ganhos			
<i>Vendas e prestações de serviços:</i>			
7111	Vendas de mercadorias	2.522	3.318
7112+7113	Vendas de produtos	399.267	359.752
712+713	Prestação de serviços	1.199.824	1.238.229
72	Impostos e taxas	1.999.379	1.794.253
<i>Variação da produção</i>			
75	Trabalhos para a própria entidade	419.698	419.698
73	Proveitos suplementares		
74	Transferências e subsídios obtidos	8.161.278	8.381.462
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	74.811	636.267
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	12.256.779	12.879.633
78	Proveitos e ganhos financeiros	157.138	40.434
	(D) Proveitos e ganhos correntes	12.413.916	12.920.067
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.099.962	1.044.748
	(F) Proveitos totais	13.513.879	13.964.815
RESUMOS		31.12.2013	31.12.2012
Resultados operacionais (B) - (A) =		-123.167	1.043.641
Resultados financeiros (D-B) - (C-A) =		24.724	-194.685
Resultados correntes (D) - (C) =		-98.443	848.957
Resultado líquido do exercício		86.072	1.227.416

4- MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior	974.641	Despesas orçamentais	16.156.581
Execução orçamental	265.405	Correntes	8.427.508
Operações de tesouraria	709.235	Capital	7.729.073
		Operações de Tesouraria	1.424.036
Recetas	16.234.733		
Correntes	11.282.617	Saldo para a gerência seguinte	1.151.517
Capital	4.952.116		
Outras		Execução orçamental	343.558
Operações de Tesouraria	1.522.760	Operações de tesouraria	807.959
Total	18.732.133	Total	18.732.133

5-ANEXOS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei das Finanças Locais o Município de Cabeceiras de Basto vem apresentar o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício económico de 2013.

5.1 – INFORMAÇÃO RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERIMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

- a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

DENOMINAÇÃO	SEDE	MOTIVO DE INCLUSÃO NA CONSOLIDAÇÃO
Município de Cabeceiras de Basto	Praça da República n.º 467 4860- 355 Cabeceiras de Basto	Entidade Mãe
Emunibasto, E.E.M.	Praça da República n.º 299 4860- 355 Cabeceiras de Basto	Capital diretamente detido a 100% pelo Município

FUNÇÃO	N.º FUNCIONÁRIOS	
	CMCB	EMUNIBASTO
Dirigente Superior	5	
Técnico Superior	22	
Assistente Técnico	39	
Assistente Operacional	129	
Polícia Municipal	6	
Pessoal Não Docente	85	
Professores		
Animadores		
Outros	6	
Total	292	0

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

As seguintes entidades excluem-se do perímetro de consolidação por não serem detidas, a 100%, direta ou indiretamente pelo Município de Cabeceiras de Basto

DENOMINAÇÃO	SEDE	VALOR DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	% CAPITAL DETIDO PELO MUNICÍPIO
BASTO VIDA- Serviços de Ação Social e Cuidados de Saúde, CRL	Bairro João Paulo II n.º 58 4860- 360 Cabeceiras de Basto	2.000	80,00%
RESINORTE	Codessoso, Apartado 27 4890- 166 Celorico de Basto	70.348	0,88%
TCR-Desenvolvimento e Promoção de Turismo Cultural e Religioso, CRL	Av. General Norton de Matos n.º 50, 1º 4700-387 Braga	5.000	2,85%
ADREDT,SA	Apartado 60 4600 Amarante	29.327	4,45%
MUNICIPIA,SA	TAGUSPARK-Edif. Ciência II n.º 11 3.º B 2740-120 Porto Salvo	4.988	0,15%
REGIE COOPERATIVA – Terra Mais Verde		40.000	40,00%

5.2 – INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

- a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

Nas presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas as normas e respetivos procedimentos de consolidação de contas por se entender que refletem a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e económica do município.

- b) Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.

No presente exercício não ocorreram alterações ao perímetro de consolidação.

5.3 – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

- a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra- contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;

Os movimentos de consolidação efetuados resultam de:

a.1) Eliminação da participação financeira

DESIGNAÇÃO CONTA	2013		2012	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
411 Partes de Capital		1.000.000		1.000.000
51 Património	1.000.000		1.000.000	
571 Reservas Legais	14.550		14.550	
59 Resultados transitados		14.550		14.550
TOTAL	1.014.550	1.014.550	1.014.550	1.014.550

a.2) Eliminação as transações intra – grupo

DESIGNAÇÃO CONTA	2013		2012	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
62 Fornecimentos e serviços externos		180		497
63 Transf.sub cor conced e prest. Sociais		278.058		840.268
69 Custos e perdas extraordinários		725.909		950.853
712+713 Prestação de serviços	180		497	
74 Transferências e subsídios	1.003.967		1.791.121	
TOTAL	1.004.147	1.004.147	1.791.618	1.791.618

a.3) Eliminação de saldos intra – grupo

DESIGNAÇÃO CONTA	2013		2012	
	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
26 Outros devedores e credores	333.883		333.883	
26 Outros devedores e credores		333.883		333.883
26 Outros devedores e credores			140	
21 Clientes				140
TOTAL	333.883	333.883	334.024	334.024

- b) Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;**
Não aplicável
- c) Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;**
Não aplicável
- d) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 3.5.4.1. das instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, se o seu efeito sobre o património, a situação financeira e os resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação for materialmente relevante;**
Não aplicável
- e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;**
Não aplicável
- f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;**
Não aplicável
- g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;**
Não aplicável
- h) Indicação dos casos excepcionais em que se utilizou a faculdade prevista na alínea b) do item 3.5.2.1.das instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, bem como das razões que justificaram a sua utilização;**

As taxas de amortização praticadas pela empresa municipal decorrem de estimativas quanto ao período de vida útil dos bens sujeitos a depreciação. O Município amortiza os ativos de acordo com as taxas de amortização previstas no CIBE. No entanto, verifica-se que para alguns bens as taxas são coincidentes, para outros as diferenças são reduzidas. Da aplicação, à empresa municipal das taxas de amortização do

município resultaria um ajustamento inferior a 0,5% do valor das amortizações do exercício. Assim, dada a imaterialidade do ajustamento e a complexidade no acompanhamento e controlo dos movimentos do imobilizado não foram introduzidos, nas demonstrações financeiras consolidadas qualquer ajustamento relativo há homogeneização das amortizações do exercício.

- i) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

As participações de capital noutras empresas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

5. 4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

- a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos (art. 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Endividamento consolidado de médio e longo prazo

<i>Código/designação das contas</i>	<i>Dívidas a terceiros de médio/longo prazo</i>			<i>Eliminação dos créditos/dividas recíprocos</i>	<i>Grupo público consolidado</i>
	<i>Município de Cabeceiras de Basto</i>	<i>EMUNIBASTO, E.E.M.</i>	<i>TOTAL</i>		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
23-Empréstimos obtidos	7.832.321,27		7.832.321,27		7.832.321,27
<i>Total</i>	<i>7.832.321,27</i>		<i>7.832.321,27</i>		<i>7.832.321,27</i>

- b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.

<i>Caracterização do empréstimo</i>	<i>Data de contratação do empréstimo</i>	<i>Prazo do contrato</i>	<i>Dívida em 31 de Dezembro de 2013</i>
Médio e longo prazos:			
Caixa Geral de Depósitos:			
Empréstimo de 40.000 contos (Intempéries - DL 38-C/2001)	22-08-2001	20	95.101,45€
Empréstimo de 134.810,11€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	18-07-2002	15	32.604,47€
Empréstimo de 157.857,56€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	18-07-2002	15	41.110,75€

RC
DWB
Doutor

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

Empréstimo de 199.303,93€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	18-07-2002	15	57.356,92€
Empréstimo de 106.339,72€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	18-07-2002	15	35.299,08€
Empréstimo de 750.724,40€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	23-08-2002	20	154.143,79€
Empréstimo até 680.224,63€ - Investimento	18-11-2002	20	387.935,75€
Empréstimo de 500.000€ (Amortizações efectuadas)	17-12-2002	20	287.344,20€
Empréstimo até 99.510,75€ - Linha Bonificada Juros - DL 144/2000	22-01-2003	12	15.239,82€
Empréstimo até 691.210,00€ - artigo 20º da Lei n.º 107-B/2003, de 31/12 - OE/2004	20-09-2004	20	451.231,62€
Empréstimo até 752.000,00€ - artigo 19º da Lei n.º 55-B/2004, de 30/12 - OE/2005	11-04-2005	20	506.108,69€
Empréstimo até 445.455,60€ - Habitação Social em Arco de Baúlhe	16-08-2006	25	328.996,26€
Empréstimo até 1.070.789,00€ - artigo 33º da Lei n.º 60-A/2005, de 30/12 - OE/2006	06-11-2006	20	803.728,19€
Programa Pagar a Tempo e Horas - Empréstimo até 1.150.000,00€	10-07-2008	5	0€
Empréstimo até 2.500.000,00€ - Financiamento complementar de projectos	27-10-2008	20	2.218.116,07€
Empréstimo até 976.121,29€ - Financiamento complementar destinado aos Centros Escolares de Refojos e Arco de Baúlhe	28-01-2009	20	861.712,29€
Empréstimo até 700.000,00€	06-10-2010	20	667.923,62€
Banco Espírito Santo:			
Empréstimo a Longo Prazo (artigo 19º da Lei nº 32-B/2002 de 30/12)	24-07-2003	20	198.368,00€
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças:			
Programa Pagar a Tempo e Horas - Empréstimo até 766.667,00€	30-09-2008	10	690.000,30€
Total Médio e Longo Prazo ...			7.832.321,27€

5.5 INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros (art.º 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por tipo, de acordo com o seguinte mapa:

Tipo de fluxos	Município de Cabecelras de Basto/EMUNIBASTO									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anul. no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Sa ldo ini cial	Direito s constituidas no exercício	Anul.n o exercício	Recebimen tos do exer cício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3) -(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)- (9+10)
Transferências					0					0
Subsídios		1.003.967		1.003.967	0					0
Empréstimos					0					0
Relações comerciais		180		180	0					0
Part. Cap numerário					0					0
Part. Cap espécie					0					0
Outros	333.883				333.883					0
Total	333.883	1.004.147	0	1.004.147	333.883	0	0	0	0	0

Tipo de fluxos	EMUNIBASTO/Município de Cabeceiras de Basto									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anul. no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídas no exercício	Anu. l.no exer cício	Recebimen tos do exer cício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3) -(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)- (9+10)
Transferências					0					0
Subsídios					0	1.003.967		1.003.967		0
Empréstimos					0		180		180	0
Relações comerciais					0					0
Part. Cap numerário					0					0
Part. Cap espécie					0					0
Outros					0	333.883		0	333.883	
Total	0	0	0	0	0	333.883	1.004.147	0	1.004.147	333.883

5.6 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

a) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;

Não existem outros compromissos financeiros para além dos que constam do Balanço.

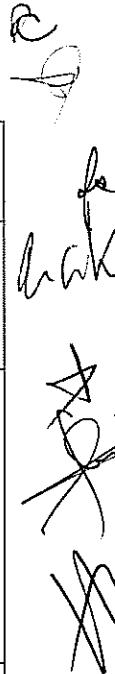
b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.

Não existem responsabilidades por garantias prestadas.

5.7 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

RUBRICA	CMCB	EMUNIBASTO
Bens de Domínio Público	Custo de produção ou de aquisição, valor de avaliação/valorização quando da aplicação do POCAL Depreciações sistemáticas de acordo com o CIBE-Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.	Não aplicável
Imobilizado Corpóreo/ativo fixo tangível	Custo de produção ou de aquisição; Bens obtidos a título gratuito-valor resultante da avaliação ou VPT, caso não seja exequível, o imobilizado assume valor zero; Depreciações sistemáticas de acordo com o CIBE-Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.	Custo de produção ou de aquisição; Depreciações calculadas pelo método da linha reta de



		acordo com a vida útil esperada
Imobilizado Incorpóreo/ intangível ativo	Despesas de instalação, investigação e desenvolvimento amortizadas num prazo máximo de 5 anos.	Não aplicável
Investimentos financeiros	Custo de aquisição; Quando, a data do balanço, os investimentos financeiros apresentarem um valor de mercado inferior ao contabilístico, deve ser reconhecido um ajustamento.	Não aplicável
Existências	Custo de aquisição; Custeio das saídas: FIFO	Não aplicável
Dívidas de/a terceiros	Reconhecidas de acordo com o valor dos documentos que as titulam	Custo de aquisição
Disponibilidades	Expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.	Expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

b) Cotações utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não existem saldos em moeda estrangeira

5. 8. – INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;

Não aplicável

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas despectivas amortizações, ajustamentos e provisões;

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / Ajustamentos	Aumentos	Alterações	Transferências Abates	Saldo Final
De bens de domínio público						
Terrenos e Recursos Naturais	678.903					678.903
Edifícios						
Outras construções e infraestruturas	60.575.956		2.511.790			63.087.746
Bens do património histórico, artístico e cultural						
Outros bens de domínio público	964.305					964.305
Imobilizações em curso	4.010.245		2.669.243		-1.934.404	4.745.083
Adiantamentos por conta de bens do domínio público						
	66.229.409	0	5.181.033	0	-1.934.404	69.476.038
De imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de Propriedade industrial e outros						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de						
Outras						
	0	0	0	0	0	0
De imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	5.897.241			-11.900	-52.330	5.833.011
Edifícios e outras construções	36.521.299		2.134.373	0	0	38.655.672
Equipamento básico	565.090					565.090
Equipamento de transporte	1.547.535		33.431			1.580.966
Ferramentas e utensílios	29.483				-76	29.407
Equipamento administrativo	1.205.136		68.554		-1.553	1.272.136
Taras e vasilhame	0					0
Grandes reparações	368.098		14.704			382.802
Outras Imobilizações corpóreas	2.943.182		499.555		-92.234	3.350.503
Imobilizações em curso	12.079.721		2.941.614	-95.019	-3.149.133	11.777.182
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
	61.156.784	0	5.692.231	-106.919	-3.295.327	63.446.770
De investimentos financeiros:						
Partes de capital		176.663				176.663
Obrigações e títulos de participação						
Investimentos em imóveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Outras aplicações financeiras						
Depósitos em instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
	176.663	0	0	0	0	176.663

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubrícias	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público				
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios				
Outras construções e infraestruturas	27.844.001	3.068.124		30.912.125
Bens do património histórico, artístico e cultural	87.904	6.560		94.464
Outros bens de domínio público				
	27.931.904	3.074.685	0	31.006.589
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos				
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	2.884.345	452.783		3.337.128
Equipamento básico	513.808	23.214		537.021
Equipamento de transporte	1.276.756	101.214		1.377.970
Ferramentas e utensílios	27.354	787	-76	28.065
Equipamento administrativo	1.147.777	55.287	-1.514	1.201.550
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	1.974.873	302.689	-31.562	2.246.000
	7.824.912	935.975	-33.152	8.727.735
De investimentos financeiros:				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Outras aplicações financeiras				
Depósitos em instituições financeiras				
Títulos da dívida pública				
Outros títulos				
	35.756.816	4.010.659	-33.152	39.734.324

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

Os custos com os empréstimos obtidos são reconhecidos como custos do período em que ocorrem

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;

Não aplicável

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;

Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Não aplicável

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;

Não aplicável

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades;

MAPA DE VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

<i>Vendas e prestações de serviços</i>	<i>Montante</i>	<i>%</i>
<i>Vendas</i>		
<i>Mercadoria</i>	2.522	0,2%
<i>Água</i>	399.267	30,5%
	401.789	25,1%
<i>Prestação de serviços</i>		
<i>Resíduos sólidos</i>	336.855	21,0%
<i>Água</i>	240.287	15,0%
<i>Alugueres</i>	19.302	1,2%
<i>Piscinas</i>	18.836	1,2%
<i>Transportes escolares</i>	51.064	3,2%
<i>Mercado</i>	54.243	3,4%
<i>Cantinas/refeitórios</i>	49.994	3,1%
<i>Escolas/jardins de infância</i>	0	0,0%
<i>Outros</i>	429.243	26,8%
	1.199.824	74,9%
TOTAL	1.601.613	100,0%

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 3.5.2.1. das instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

PERÍODO DE GESTÃO DE 01/01 A 21/10 DE 2013

Nome	Órgão Executivo Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto		Conselho de Administração Emunibasto		Órgão de Fiscalização	
	Situação na entidade	Remuneração	Situação na entidade	Remuneração	CMCB	Emunibasto
Joaquim Barroso de Almeida Barreto	Presidente	25.146,08€	Presidente			
Jorge Agostinho Borges Machado	Vereador					
Luis Miguel Jorge Gonçalves	Vereador					
Maria Margarida Coutinho Alves Pereira Pinto de Oliveira	Vereadora					
Domingos Fernando de Araújo Machado Pereira	Vereador					
Francisco José Machado Antunes Pereira	Vereador a Tempo Inteiro	20.669,83€				

António José Fraga Carvalho	Vereador					
Maria de Fátima Neiva Oliveira (*)			Vogal	22.290,02€		
Ana Stela Barroso Monteiro (*)			Vogal			
Augusta Cristina Gomes da Costa Dias (*)						
Manuel António Mendes Teixeira (*)						
Manuel José Campos Carneiro (*)						
Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC, Lda.					10.793,25€	5.500,00€

(*) Em substituição nos termos do artº 78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro

PERÍODO DE GESTÃO DE 22/10 A 31/12 DE 2013

Nome	Órgão Executivo Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto		Conselho de Administração Emunibasto		Órgão de Fiscalização	
	Situação na entidade	Remuneração	Situação na entidade	Remuneração	CMCB	Emunibasto
Serafim China Pereira	Presidente	6.723,91€				
Jorge Agostinho Borges Machado	Vereador					
Francisco Luis Teixeira Alves	Vereador a Tempo Inteiro	5.268,92€				
Ana Paula Magalhães Carvalho	Vereadora					
Deolinda Isabel Costa Coutinho	Vereadora					
Helder Emanuel Teixeira Vaz	Vereador					
Mário António Jesus Leite	Vereador					
Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC, Lda.					3.597,75€	1.100,00€

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;

Não aplicável

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Não aplicável

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

Não aplicável

q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
681	Juros suportados	101.436	183.388	781	Juros obtidos	322	1.825
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	30.978	51.730	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	156.816	38.609
	Resultados Financeiros	24.724	-194.685				
		157.138	40.434			157.138	40.434

r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências do capital concedidas	734.393	579.887	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas Incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	125.691	57.945	794	Ganhos em imobilizações	33.527	155.088
695	Multas e penalidades			795	Benefícios de penalidades contratuais	23.439	21.174
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões		
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	31.912	1.755	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	5.796	1.047
698	Outros custos e perdas extraordinários	7.168	2.450	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.017.799	861.858
				799	Outros proveitos	19.401	5.581
	Resultados Extraordinários	200.798	402.711			1.099.962	1.044.748

s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Não aplicável

t) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos;

Não aplicável

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas;

Não aplicável



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
CÂMARA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

REUNIÃO DE CÂMARA DE 21 DE ABRIL DE 2014
DELIBERAÇÕES EM MINUTA DE ATA
ASSUNTOS DIVERSOS

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO – DOIS MIL E TREZE -----

Presente a informação de onze de abril de dois mil e catorze, do Técnico Superior da DAFES – NUDEGEFI, Dr. Ramiro Carvalho, a remeter para aprovação por parte do Executivo Municipal e posterior envio à próxima sessão da Assembleia Municipal, para apreciação e votação, a Consolidação de Contas do Município, referente ao ano de dois mil e treze.

“A Câmara deliberou, por três votos contra (Exmos. Srs. Vereadores: Jorge Agostinho Borges Machado; Ana Paula Magalhães Carvalho e Hélder Emanuel Teixeira Vaz) e quatro votos a favor, aprovar a Consolidação de Contas do Município relativa ao ano de dois mil e treze, assim como, remeter a mesma à próxima sessão da Assembleia Municipal para apreciação e votação.”-----

Pelo Exmo. Sr. Vereador PSD, Mário António Jesus Leite, foi apresentada declaração de voto, a qual se dá aqui como por integralmente reproduzida.

O Presidente da Câmara _____

O Secretário _____



MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

CERTIDÃO

ENG.º JOAQUIM BARROSO DE ALMEIDA BARRETO, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE CABECEIRAS DE BASTO: -----

---- CERTIFICA, que a Consolidação de Contas do Município, referente ao ano de dois mil e treze, aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião realizada no passado dia vinte e um de abril de dois mil e catorze, foi presente à segunda sessão da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto, realizada no passado dia vinte e oito de abril de dois mil e catorze, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor e dez votos contra. -----

---- O referido é verdade. -----

----- Cabeceiras de Basto, vinte e nove de abril de dois mil e catorze -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto -----

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Joaquim Barroso de Almeida Barreto'.



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo **Município de Cabeceiras de Basto** as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 105 967 125 euros e um total de Fundos Próprios de 59 672 891 euros, incluindo um Resultado Líquido de 86 072 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Câmara a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 10 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N • 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 • fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 • fax 253 201 302

NIPC 504 078 500 OROC nº 153
Capital Social 10.000,00eur



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

- 7. Não foi possível validar com segurança que a contabilidade reflete a integralidade do imobilizado do Município, sendo de referir o não reconhecimento do edifício sede, com eventuais efeitos em termos de cômputo das amortizações, e os trabalhos para a própria empresa – concluindo-se pela subavaliação /subvalorização global do ativo e dos fundos próprios.
- 8. Não podemos pronunciar-nos acerca de eventuais contingências e necessidades de provisões sobre situações de contencioso pendentes nos tribunais.
- 9. Não foi possível validar integralmente os saldos e a correlativa imputação a proveitos do exercício e de exercícios anteriores, relativos à rubrica de subsídios ao investimento.
- 10. Não foi possível validar a integralidade dos proveitos do município provenientes dos serviços de água, saneamento e resíduos sólidos, bem como a correspondente dívida de terceiros

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 · fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - 5. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 · fax 253 201 302

NIPC 504 078 500 · OROC nº 153
Capital Social 10.000,00eur



CSA Auditores

Gaspar Castro, Romeu Silva
& Associados, S.R.O.C., Lda.

Opinião

11. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7. a 10 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município de Cabeceiras de Basto** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

12. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfase

13. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos 11 e 12 acima, chamamos a atenção para o facto de a empresa Municipal Emunibasto, E.M., que integra o perímetro de consolidação, se encontrar em processo de liquidação decorrente da aplicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto – de onde poderão decorrer alterações no referido perímetro.

Braga, 22 de Abril de 2014.

GASPAR CASTRO, ROMEU SILVA & ASSOCIADOS – SROC, LDA (Nº.153)

Representada por

Gaspar Vieira de Castro, ROC 557

sede:

Edif. Parque das Hortas, 220 - M/N - 4810-275 Guimarães
tel. 253 439 250 · fax 253 439 259

Praça Camilo Castelo Branco, 31 - S. 43 - 4700-209 Braga
tel. 253 201 300/5 · fax 253 201 302

NIPC 504 078 500 · OROC nº 153
Capital Social 10.000,00eur